

O movimento bandeirante e as relações de gênero no contexto social brasileiro no século xx

Gênero, desigualdades e cidadania.

Samara dos Santos Carvalho*

Resumo

O presente trabalho visa estabelecer uma discussão acerca da trajetória do Guidismo, instituição de educação não formal fundada na Inglaterra em 1909, por Robert Smith Baden-Powell, que pode ser compreendido, inicialmente como a vertente feminina do Escotismo. O Guidismo aporta no Brasil em 1919, onde recebe o nome de Movimento Bandeirante. Nesta perspectiva, pretende, através de discussões teóricas sobre os estudos de gênero, estabelecer um dialogo entre as aspirações do Movimento Feminista no Brasil e a trajetória do Movimento Bandeirante, mais especificamente nos períodos caracterizados como primeira e segunda onda, que correspondem aos períodos de implementação e reformulação do método de educação Bandeirante. Para tal averiguação, utiliza-se como referencial metodológico observação participante, depoimento oral e análise de documentos institucionais.

Palavras-chave: Movimento Bandeirante, gênero e Feminismo.

Considerações iniciais

Propor-se a escrever sobre um tema com o qual temos uma estreita proximidade é uma tarefa que se apresenta de maneira delicada a qualquer pesquisador. Quando aliada a esta dificuldade temos a ausência de debates que problematizam o tema, seja pela academia, pela sociedade civil e até mesmo pelos próprios membros da instituição, o processo de realização de uma pesquisa torna-se ainda mais dificultoso.

O sociólogo Antônio Sérgio Guimarães (2004), faz uma pertinente consideração acerca da utilização metodológica de categorias abstratas e puramente analíticas pelas ciências humanas para compreender o modo de vida ou pensamento social tais como foram vivenciados por seus atores. O autor chama atenção para o fato de que estas noções, inteiramente conceituais, comumente são tecidas a partir de significados históricos precisos, que muitas vezes são utilizados, seja para fins teóricos ou políticos, de forma generalizada para além do seu referencial temporal.

“Ao fazer isso, expomo-nos seja ao anacronismo histórico (ao risco de imputar indevidamente sentidos e significados aos sujeitos passados), seja ao estruturalismo mais árido (isto é, ao risco de privar a análise social da compreensão do significado cultural dos seus objetos); mas, não fazê-lo, nos expõe igualmente, pois podemos pretender ser meros reconstrutores mentais de épocas mortas, como se isso fosse possível, como se não estivéssemos todos muito bem fincados em nossos atualíssimos interesses”. (Guimarães, 2004, p.10).

É sob o envolvimento deste cenário desafiador, de uma estreita proximidade com o objeto, que teve um papel significativo em minha formação pessoal, aliada à tarefa de analisar de forma crítica, mediante o debate proposto pelos Estudos Feministas, a trajetória de uma instituição que perpassa

* Aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais UNESP- Marília – Nível Mestrado. CNPq - e-mail: samaraslash@hotmail.com. Orientador: Prof. Dr. Andreas Hofbauer. Coorientadora Prof. Dra. Larissa Pelucio.

considerável fração do século XX sob a luz do pensamento social do período, sem recair no erro de estabelecer uma leitura anacrônica que possa imputar aos sujeitos envolvidos significados impróprios sem respeitar os desdobramentos e as emergências próprias do seu referencial temporal.

Através do pressuposto, defendido pela própria instituição, de que o Movimento Bandeirante é uma instituição, cuja sua própria definição de movimento remete-se ao fato de que sua atuação está intimamente relacionada às transformações e demandas sociais, este trabalho tem como objetivo estabelecer, adotando a categoria analítica de gênero como referencial teórico-metodológico, um diálogo entre o Movimento Bandeirante e algumas das aspirações do Movimento Feminista no Brasil, mais especificamente, os períodos caracterizados, para fins de facilidade analítica, como primeira e segunda onda do Feminismo.

Utilizo a categoria gênero para analisarmos o processo de transformações e lutas em torno do sujeito político mulher a fim de complementarmos a noção restrita que as diferenças dadas entre homens e mulheres são resultantes apenas de condicionantes biológicos, uma vez que compreendo que o comportamento de homens e mulheres é culturalmente inscrito nestes corpos sexuados. O emprego da categoria de gênero para abarcar as múltiplas dimensões sociais e culturais que envolvem o sujeito político mulher.

Origem e desenvolvimento do guidismo

Para que seja possível estabelecer um diálogo efetivo entre as aspirações do Feminismo e a proposta de educação não formal do Guidismo (no Brasil, Movimento Bandeirante) torna-se necessário, antes de tudo, fazer um breve relato acerca do seu surgimento e desenvolvimento e, a partir daí, compreender os aspectos ideológicos e metodológicos que o balizam como uma instituição de educação não formal voltada ao público feminino, que tinha como objetivo proporcionar uma participação mais ativa da mulher na sociedade.

A origem do Guidismo está intrinsecamente ligada à origem do Escotismo, preconizado por Baden-Powell no início do século XX. O Escotismo ou Movimento Escoteiro é um movimento mundial, educacional, voluntariado, apartidário, sem fins lucrativos. Tem como proposta auxiliar o desenvolvimento do jovem, por meio de um sistema de valores que prioriza a honra, baseado na Promessa e na Lei Escoteira e, através da prática do trabalho em equipe e da vida ao ar livre, fazer com que o jovem assuma seu próprio crescimento, tornar-se um exemplo de fraternidade, lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina.

O Movimento Escoteiro foi fundado por Robert Stephenson Smith Baden-Powell em 1907 na Inglaterra. Militar de família anglicana, Baden-Powell ficou famoso por atuar em missões imperialistas do exército inglês em diversas regiões do continente africano e Índia. Após sua aposentadoria como militar Baden-Powell decide juntar os diários de suas viagens e livros sobre educação de diversas épocas e culturas para criar um método de educação destinado aos jovens, com o intuito de lhes ensinar algumas técnicas e habilidades conquistadas em sua carreira militar como civismo, técnicas de sobrevivência e primeiros socorros.

Com intuito de oferecer a todos os jovens uma formação plena, sem distinção de credo, cor e classe social, o Escotismo propunha:

“A oferta de uma distração educativa, oferecendo um ideal e uma atividade suplementar que educasse a partir do interesse dos próprios jovens. A finalidade do movimento não era a de encorajar a aquisição de conhecimentos, mas sim a de estimular o desejo e a capacidade de adquiri-los”. (Nascimento, 2008, p. 45).

Nas suas notas de organização para a elaboração do livro *Escotismo para rapazes*, Baden-Powell afirmou que o método poderia ser estendido para o treinamento de meninas (Ibid., 2008, p. 71) Sobretudo,

“Ao contrário do que apregoa a história oficial, no início da elaboração de seu método educativo, Baden-Powell nunca afirmou que as meninas deveriam ter um movimento próprio. Ele insistia até para que os homens aprendessem tarefas tradicionalmente femininas, como costurar e cozinhar”. (Zuquim; Cytrinowicz, 1999, p. 125).

Os princípios morais do método de educação proposto pelo Escotismo são fundamentados através da tríade Deus, pátria e próximo, cujo exemplo prático no cotidiano dá-se através da prática da boa ação e conseqüentemente o auxílio a outrem, pois segundo Baden-Powell (2000), cumprir o dever para com Deus não consiste, unicamente, em inclinar-se face à Sua infinita bondade, mas em executar sua vontade pela prática do amor a nossos semelhantes.

Em 1909, um grupo de meninas se apresentou a Baden-Powell trajando uniformes similares aos utilizados pelos rapazes escoteiros no Palácio de Cristal em Londres, onde seria realizada uma demonstração técnica com a participação de cerca de 11 mil escoteiros. Estas moças manifestaram a vontade de serem reconhecidas como escoteiras e o direito de participarem do Movimento Escoteiro assim como os rapazes. Baden-Powell aceitou a solicitação destas moças dando-lhes a designação de guias. Este evento é considerado o marco mundial de fundação do Guidismo.

Todo seu método educativo era respaldado no modo com que Baden-Powell compreendia a trajetória histórica que a mulher vinha cumprindo, pois acreditava que:

“As moças tinham compreendido no século XX que havia outras coisas a fazer no mundo, além de passar metade do tempo preparando os vestidos para exibi-los na outra metade; que podiam se divertir não apenas jogando tênis ou lendo romances”. (Nascimento, 2008, p. 76)

O Guidismo, segundo as palavras de seu idealizador, deveria ser compreendido como um programa que tinha como objetivo educar e não apenas instruir. Assim como os rapazes, as moças deveriam ser estimuladas a internalizarem os princípios e as ideias da Pedagogia Escoteira por vontade própria, pois para ele o Guidismo contribuía para a educação geral da mulher em face do seu novo papel na sociedade (Ibid., 2008, p. 48).

“Está muito bem que uma moça saiba ler, escrever, contar e que tenha os conhecimentos exigidos a colegiais. Entretanto, estas são apenas as bases sobre as quais deverá edificar outros conhecimentos; se quisermos que uma jovem esteja tão apta a trabalhar no mundo quanto seus irmãos, devemos dar-lhe as mesmas ocasiões de formar o caráter, de torna-se habilidosa, de disciplinar-se, de saber comportar-se. Só então poderemos esperar dela as mesmas possibilidades de ação que tem um rapaz”. (Cf. Baden-Powell, 1955, p. 210).

“Deus, salve as bandeirantes!”: aproximações entre o movimento bandeirante e o feminismo da primeira onda.

No Brasil, a passagem do século XIX para o século XX é marcada por profundas transformações. Na cena política o processo de consolidação da República, inspirada nas ideias liberais, pretendia organizar o poder sob a garantia da igualdade entre todos os brasileiros e extinção de qualquer forma privilégio, o que de fato não ocorrera. Como exemplo têm-se as fraudes nos processos eleitorais que mantinham a concentração do poder na mão de pequenos grupos favorecidos por redes de clientelismo. No cenário econômico, sob forte influência da produção cafeeira, o processo de industrialização brasileira ganhava impulso com a produção de bens de consumo para o abastecimento do mercado interno.

Neste período, o ideário de urbanizar o país e transformá-lo em um Estado civilizado e higienizador, fez com fossem impostos os padrões de vida e consumo da sociedade europeia. As cidades do período, normalmente em condições insalubres, sofriam com uma série de epidemias. Para os higienistas da época, a grande concentração de pessoas em cortiços e ruas estreitas era favorável à proliferação de doenças e epidemias. Esta proposta de civilizar a população e transformar o espaço urbano fez surgir novos hábitos às diferentes camadas da população. Os teatros, salões de festa e cafés,

além promover entretenimento, possibilitaram novas formas de sociabilidade entre a emergente burguesia brasileira..

Influenciado sobre os ideais de emancipação da mulher (2008) que já havia tomado consideráveis proporções na Inglaterra, o Guidismo aporta no Brasil em 1919, por intermédio de Jerônima Mesquita, uma das fundadoras da Cruz Vermelha no Brasil e integrante Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF), instituição fundada também por Stela Guerra Durval e Bertha Lutz em 1922, que teve um papel fundamental na luta pelo sufrágio feminino.

A posição social de Jerônima Mesquita, mulher oriunda de uma renomada família da aristocracia rural de Minas Gerais, instruída e que completou seus estudos secundários na França, expressa o perfil da mulher que no Brasil da Primeira República tinha a possibilidade de reivindicar direitos civis às mulheres. Tomemos como exemplo um fragmento do Manifesto Feminista, publicado em 14 de agosto de 1934, durante a Ditadura Vargas, que reivindicava o direito ao voto:

“As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercer, sem peias, os seus direitos e deveres individuais, os sexos são interdependentes e devem, um ao outro, a sua cooperação. A supressão dos direitos de um acarretará, inevitavelmente, prejuízos pra o outro, e, conseqüentemente, pra a Nação [...] a autonomia constitui o direito fundamental de todo individuo adulto; a recusa desse direito à mulher é uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral; as noções que obrigam ao pagamento de impostos e à obediência à lei os cidadãos do sexo feminino sem lhes conceder, como aos do sexo masculino, o direito de intervir na elaboração dessas leis e votação desses impostos, exercem uma tirania incompatível com os governos baseados na justiça; sendo o voto o único meio legítimo de defender aqueles direitos, a vida e a liberdade proclamadas inalienáveis pela Declaração da Independência das Democracias Americanas e hoje reconhecidas por todas as nações civilizadas da Terra. À mulher assiste o direito ao título de eleitor”.

A leitura atenta deste fragmento traz diversos elementos que caracterizam as ações de Movimento Feminista neste período. No Brasil, o Feminismo da primeira onda (Pedro, 2005; Meyer, 2004) ou liberal (Rago, 1995) condensa-se em torno do movimento sufragista em prol da obtenção de direitos desde o período da Proclamação da República em 1889 e estende-se até a década de 1930, quando as mulheres conseguem exercer seu direito ao voto, mais precisamente em 1934. É válido ressaltar novamente a ação de movimentos políticos dessa natureza fazem parte de um processo altamente complexo que não pode ser restringido a um dado período.

A menção sobre direito ao voto como um elemento de relevância para a prosperidade da Nação, aliado a ideia de obediência à lei, ao pagamento de impostos exprimem aspectos característicos do Positivismo que viam, sob a influência do cientificismo, a sociedade como um organismo, cuja harmonia era alcançada mediante a coesão da coletividade, manutenção da ordem e obediência civil, elementos fundamentais para o alcance do progresso.

Ainda neste discurso, percebe-se o esforço das feministas liberais em questionar o lugar que era tradicionalmente designado às mulheres, sobretudo as da elite. Entretanto, as reivindicações eram feitas a partir do pressuposto de que as demandas das mulheres fossem as mesmas, independente da particularidade do contexto social em que se encontravam. Desta forma, as reivindicações eram feitas a partir de um referencial de um sujeito universal: mulher, assim como o projeto Iluminista que operava com um referencial universal: homem.

Inseridas no mesmo discurso feminista, mulheres pobres, negras, mestiças, operárias, camponesas, que manifestavam necessidades muito mais atenuantes em seu cotidiano como fome, miséria, desemprego, exploração da força de trabalho, educação e violência doméstica, tinham suas demandas específicas nubladas pelo discurso homogeneizado das sufragistas.

Tais aspectos mencionados anteriormente que podem ser observados no Manifesto Feminista da FBPF, podem ser observados no Movimento das *Girl Guides* no Brasil. Entre as diversas questões

sobre o Guidismo que serão problematizadas, a nomenclatura que foi adotada pela instituição é sem dúvida um elemento que merece destaque, não apenas por ser uma questão preliminar, mas também por trazer em si diversos elementos que evidenciam a ideologia propagada na instituição.

O Guidismo recebe o nome de Movimento Bandeirante, sugerido pelo pedagogo Jonathas Serrano, uma dos maiores representantes da Pedagogia Nova no Brasil. Segundo os documentos oficiais da instituição, foi sugerido ao Movimento das Girls Guides no Brasil o nome “*Bandeirante*” ao buscar na história do país um termo que fizesse referência à ideia de pioneirismo, desbravamento. Mais do que isso, o termo “Bandeirante” trás consigo alusão ao pensamento social brasileiro compartilhado entre as elites no período de implementação do Guidismo no Brasil.

Diferentemente da forma com que a referente nomenclatura foi adotada, difundida e, em certa medida até mesmo naturalizada entre os membros, parto do princípio de que a escolha do termo não apenas simboliza a ideia de desbravamento e pioneirismo que são caracteristicamente atribuídas aos homens e, que a primeira vista, não atendia aos anseios de um movimento feminino. Sobretudo, se considerado o fato de que o abuso de mulheres autóctones era um fato recorrente no movimento das bandeiras.

O Movimento Bandeirante chega ao Brasil com a proposta de consolidação de uma instituição capaz de proporcionar uma participação mais ativa da mulher na sociedade (FBB, 2008, p.58) Dentro de um panorama político e social que era restrita uma parcela ínfima da população, o Movimento Bandeirante é inserido no Brasil por intermédio da elite da capital nacional, Rio de Janeiro e rapidamente se populariza entre as moças e meninas da classe média, em sua maioria estudantes de colégios católicos tradicionais. Neste período, era quase um escândalo um grupo de mulheres se uniformizarem e se reunir para atuar em um movimento (Ibid., 2008, p.59).

A autodeclaração da Federação das Bandeirantes do Brasil como um movimento católico, gerou sérios conflitos na sua direção (Motta, 1988, p.31). Entre elas destacam-se a menção da obediência a Deus com um dos juramentos da promessa e a adoção do broche que simboliza este compromisso com a instituição, em 1938, cujo símbolo consiste em um trevo (símbolo mundial do Guidismo) envolvendo uma cruz de malta.

Muito longe de ser apenas um referencial simbólico, a relação entre o Movimento e o Catolicismo, além de ser propagador de diversos valores, que expressavam o compromisso e postura que a mulher deveria assumir para com os desígnios de Deus, como a responsabilidade na manutenção do casamento e da família, era o elemento legitimador do Bandeirantismo como uma instituição de educação feminina perante a sociedade brasileira (Ibid., 1988, p.32).

A compreensão do Bandeirantismo só é possível se levado em conta as contradições que o permeiam. Da mesma forma que estabelecia alianças com as alas mais conservadoras da sociedade brasileira como a elite e a Igreja Católica, ao mesmo tempo defendia a promoção de uma educação diferenciada através de um método que visava a promoção de liberdade às moças, através de uma metodologia caracterizada endogenamente com moderna, que possibilitava às moças uma sociabilidade muito distinta daquela proporcionada pela família e pelas escolas tradicionais.

O Movimento era caracterizado como muito moderno para a época pelas bandeirantes no que se referem aos acampamentos, excursões e pelo próprio método que via na liberdade de procurar buscar a aprendizagem através do autoconhecimento e pela possibilidade expressar seus sentimentos e contrariedades, a chave para uma Educação plena.

Na outra ponta do discurso, a imagem da mulher no Bandeirantismo está atrelada à imagem de mãe de família exemplar e esposa dedicada. Através da análise de estatutos e documentos da instituição, percebe-se a força do discurso em torno da promoção de um ideal de mulher pelo Movimento que estivesse cada vez mais alinhada ao papel de mãe de família, anjo tutelar, capaz de criar um lar em que se viva para dentro e não para fora (Ibid., 1988, 142).

O Movimento Bandeirante presumia a educação e exercício de tarefas fora do espaço doméstico desde que tais atividades não prejudicassem a organização da vida doméstica. Como exemplo de

bondade e pureza, assim como as heroínas dos romances que liam da biblioteca das moças, as bandeirantes viam-se como as responsáveis pela felicidade conjugal e pela educação dos filhos, futuros cidadãos.

Nesta perspectiva, ao reafirmar o modelo patriarcal de família, baseado na figura do homem provedor e da esposa circunscrita ao lar na função de organizar as atividades domésticas, o método educacional proposto pelo Movimento Bandeirante, aliada aos preceitos difundidos pelo Catolicismo, em certa medida, podem ser compreendidos como um agente que corroboravam para a manutenção da ordem social torna-se é perceptível a permanência de uma visão determinista acerca da mulher e seu destino marcado pela sua condição biológica de procriar.

Pode-se notar que neste período que corresponde à primeira onda do feminismo e seu desencadeamento, que vai até as transformações que virão a ocorrer no fim dos anos 60, o Movimento Bandeirante, assim como as feministas libertárias, enunciavam um discurso valorizador da esfera privada e da função de mãe, de um lado, não abandonando do outro a firme concepção de que deveriam ascender ao mundo público em condições iguais com os homens (Rago, 1995, p.26).

Este discurso em prol da valorização da mulher como responsável pelo sucesso da família e matrimônio, alinhado ao desempenho de funções públicas que não corromam a harmonia do lar, perdura burocraticamente no Bandeirantismo até o fim dos anos 60, quando uma ala mais progressista na instituição reivindica mudanças na forma com que o Bandeirantismo é dirigido. Estas mudanças reivindicam não apenas uma postura na forma com que a mulher é caracterizada pela instituição, mas também com outras questões, principalmente as de caráter economicista, visivelmente influenciadas pela esquerda, como veremos a seguir.

A revolução branca das bandeirantes: aproximações entre o movimento bandeirante e o feminismo da segunda onda

Os anos de 1960 são marcados por significativas transformações no Ocidente. Com o fim da 2ª Guerra Mundial e o processo de bipolarização do mundo, assistimos à queda de paradigmas e a o surgimento de novas formas de compreender e interpretar o mundo. Os movimentos políticos na Europa do maio de 68 e a contracultura nos EUA trazem à tona uma onda de mudanças sociais, políticas e econômicas. Mas, principalmente as mudanças no âmbito cultural fazem da década de 1960 um divisor de águas no século XX. A crítica aos regimes totalitários, à família e casamento, aos modos de vida e consumo da classe média, à Guerra do Vietnã e a invenção da pílula anticoncepcional, são alguns dos intensos episódios que ganharão as massas e mudarão decisivamente os rumos da História.

Neste período, a Igreja Católica passava por um momento de significativas mudanças com o Concílio Vaticano II (1962-1965) que trazia à tona a necessidade de se pensar e redefinir a postura conservadora diante das questões sociais, que implicava em um maior envolvimento com a luta dos segmentos sociais mais desfavorecidos e marginalizados como também a promoção de justiça e liberdade. Ademais, o Concílio Vaticano II representa esforços em torno de uma maior democratização dos fiéis em relação aos aspectos dogmáticos e litúrgicos do Catolicismo.

A influência de todas estas transformações podia também ser percebida nos movimentos feministas que neste momento traziam novas demandas e questões que iam além daquelas reivindicações propostas pelas sufragistas na primeira onda. As diversas ondas de pensamento feminista, envoltas em demandas e realidades distintas, buscavam compreender quais as causas que justificavam a submissão feminina de uma forma universal, indiferente das particularidades territoriais, culturais e sociais.

Engajadas em torno do sujeito político *mulheres*, as feministas, fortemente influenciadas pela nova esquerda, traziam novas discussões à cena política, como a crítica ao patriarcado e outras formas de submissão atreladas também à classe e a raça. Como salienta Adelman (2009), no contexto americano, a própria contracultura e a “revolução sexual” dificultavam ainda mais as lutas feministas,

uma vez que o discurso em torno da liberdade sexual trazia de forma sobrescrita a ideia de forma quase compulsória de que as mulheres deveriam atender prontamente às investidas sexuais aos homens.

As reivindicações feministas da Europa e EUA tomam força no cenário internacional e repercutem no Brasil a partir da década de 1970 e trazem à tona as discussões acerca da condição da mulher no Brasil decorrentes do Golpe Militar e do processo de modernização ocorridos nos anos 1960. As discussões em torno do poder, tanto no que tange à repressão política como também a naturalização da relação horizontal naturalizada entre homens e mulheres, ampliadas pela desigualdade social, tomam o centro das discussões. Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas respectivas organizações de bairro, tomando desta forma, a forma de um movimento interclasses (Schmink, 1981; Sarti, 2004, p.39).

Toda essa dimensão política pela qual passava toda a sociedade brasileira, como também a luta feminista, repercutia também no Movimento Bandeirante. Como já foi apresentado anteriormente, o Bandeirantismo em sua proposta de educação caracterizada pelas próprias integrantes como modernas, trazia em si uma complexa teia de relações que em muito refletiam aspectos conservadores da sociedade brasileira.

Nos fim dos anos 1960, o Movimento Bandeirante passa por uma reformulação metodológica que em muito traduzem os anseios do período por mudanças. Embora estas mudanças tenham resultado em um racha na instituição, em que se perdera um considerável número de associadas, representam uma tomada de postura coerente, a seus modos, a todas as mudanças e novas demandas necessárias a um Movimento de juventude, que como a própria designação demonstra, deve estar em constante diálogo com as demandas sociais.

Um elemento determinante para impulsionar todo este cenário de mudanças foram as reformas sofridas pela Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II, através do papel atuante exercido pelas comunidades eclesiais de base e o trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Como a grande maioria das moças bandeirantes era católica, uma mudança de postura da própria Igreja foi fundamental para estimular e fomentar as mudanças a serem realizadas.

O Plano de Reformulação Institucional do Movimento Bandeirante foi um extenso processo que se estendeu de 1968 a 1974. Com a ajuda de diversos especialistas, sobretudo pedagogos, psicólogos e sociólogos, tal procedimento acarretou em diversas mudanças que certamente não terão como ser enumeradas neste trabalho. Desta forma, serão apresentados apenas alguns dos aspectos mais gerais que geriram tais mudanças.

O Bandeirantismo desde o início de sua implementação estabeleceu-se como um movimento apolítico. Esta postura foi fortemente defendida até o período em questão (embora ainda encontra-se a ratificação de tal argumento entre a parcela mais conservadora do Movimento). De acordo com o conselho que realizou a reforma institucional, o pressuposto principal que balizava o Movimento como apolítico é um erro de compreensão. Afinal, a política é uma condição intrínseca ao ser humano e viver em sociedade antes de tudo é em si um ato político. O que talvez tenha sido confundida é a ideia de apartidarismo (que é uma condição inquestionável para a própria manutenção da instituição). Acompanhando este raciocínio, é impossível impelir entre as bandeirantes uma postura responsável frente às demandas sociais se a instituição se autodeclara equivocadamente como apartidária.

Outro aspecto importante é a religião. Anteriormente a reformulação, era indiscutível que a religião oficial do Bandeirantismo fosse outra que não o Catolicismo, mesmo que lá no início, Baden-Powell defendesse o princípio de que tanto o Escotismo como o Bandeirantismo não façam distinção de credo. Para que se tenha uma compreensão de como o devir religioso para com o Catolicismo era inquestionável, encontramos em manuais religiosos, cuja leitura e cumprimento dos requisitos eram fundamentais para a realização da promessa, afirmações que julgam a “não distinção de credo” uma incompreensão do próprio Baden-Powell sobre seu método educativo. A partir desse processo, a liberdade de opção religiosa passa a ser institucionalizada e efetivamente respeitada, pois objetivo é dar

agora à jovem maior liberdade para expressar esses mesmos princípios (religiosos) sem que isto lhe seja imposto como um mero estribilho repetido de cor, sem sentimentos.

Na base destas mudanças repousa uma nova abordagem acerca do papel que a mulher na sociedade brasileira e ancorado a esta mudança, o Bandeirantismo passa a aceitar a participação de rapazes, que embora não seja o elemento central da reformulação, foi caracterizado pela ala mais progressista como uma conquista, já que havia diversos exemplos de rapazes que colaboravam com a instituição sem poder fazer efetivamente parte da mesma como um bandeirante. Segundo Vera Sanson membro da FBB, o elemento mais importante da reformulação é motivar e despertar o interesse das moças para um trabalho mais sério do que acampar ao ar livre e cantar hinos bonitos.

A democratização do movimento era um dos pilares centrais da reformulação. O Movimento Bandeirante deveria sobrepujar as próprias barreiras que impôs à inserção de moças de outros segmentos sociais. Como medida foram extintos os distritos de bandeirantes operárias e os grupos das joaninhas que perduravam durante décadas. Embora o Bandeirantismo não fizesse distinção de classe explicitamente, detinha de outros mecanismos de segregação de classe. Para que se tenha uma compreensão acerca da estratificação social que ocorria dentro da instituição havia três seguimentos de grupos bandeirantes.

O primeiro dos tradicionais Distritos que eram formados predominantemente por moças brancas da elite e católicas que residiam nos bairros nobres e centrais. O segundo segmento eram os chamados distritos operários que eram formados por moças de seguimentos proletários e que residiam nos subúrbios. O terceiro segmento era chamado de grupo de joaninhas que era formado por meninas pobres que na maioria das vezes residiam em favelas e comunidades carentes e que raramente tinham empregos formalizados, o que a literatura marxista denominaria de lumpemproletariado. As bandeirantes dos Distritos “normais” e do subúrbio utilizavam o uniforme oficial e faziam a promessa bandeirante, o que as legitimava como membros da Associação Mundial de Bandeirantes-WAGGGS. Já as ditas joaninhas não usavam o mesmo uniforme e não podiam fazer a promessa bandeirante. Em outras palavras, é uma forma assistencialista de meninas carentes terem acesso ao método de educação bandeirante, mas sem poderem fazer parte da instituição.

Ainda nesta linha de raciocínio, afirma-se em diversas publicações que a saída para romper com sua opressão e buscar sua emancipação é o autoconhecimento. “É necessário conhecer-se a si mesmo e realizar-se como pessoa antes de vivenciar os valores tidos como masculinos, que são tão exaltados em nossa sociedade e toma o homem como modelo” (FBB, 1976, p. 03) A relação entre o homem e a mulher é vista como “salvadora e libertadora para ambos e, caso esta consciência ocorra, a partir daí, não se trata mais de uma relação de submissão e opressão, mas uma relação de diálogo e amor” (Ibid., 1976, p. 04).

As problemáticas que envolvem as discussões de gênero até parecem fáceis de serem resolvidas se partimos do princípio que basta ter uma relação horizontal entre parceiros que tudo está resolvido. Ademais, neste esquema didático cabe apenas o relacionamento nuclear heterossexual, nublando diversas outras formas de relacionamento possíveis. Mais do que isso, essa visão rasa trata do problema apenas na esfera privada e sabemos que a submissão da mulher vai além da esfera doméstica. As questões de gênero (embora ainda neste contexto essa categoria ainda não tenha ganhado o devido espaço que tem atualmente nos Estudos Feministas) estão atreladas a outras dimensões simbólicas e subjetivas de opressão, como as relações de classe e a raça, cujas relações tecidas a partir da inter-relação destes marcadores sociais se estabelecem de forma muito mais complexa.

Considerações finais

Como foi apresentado logo no início deste trabalho, não tenho aqui a intenção de imputar nestes sujeitos, certas opiniões e o levantamento de discussões que vão além do seu referencial temporal. Porém, não podemos perder de vista uma leitura mais crítica acerca do assunto. O que quero levantar é

que o Movimento Bandeirante como instituição de educação não formal certamente teve um papel fundamental na vida das mulheres que o vivenciaram. As ações que este grupo, inicialmente feminino, vem fazendo no decorrer dos mais de 90 anos de existência comprovam que a instituição vem cumprindo seu ideal de estar sempre em *Movimento*.

Entretanto, necessita-se ter sempre em mente que o Bandeirantismo trouxe consigo aspectos deveras conservadores que fomentavam a manutenção de uma ordem social estabelecida. Mais do que isso, a compreensão do Bandeirantismo deve ser sempre acompanhada de certas restrições, pois se trata de uma instituição destinada às moças brancas da elite, católicas e dos grandes centros urbanos que compartilhavam de um mesmo universo simbólico. A armadilha consiste no erro de compreender as particularidades deste movimento de mulheres à luz do universalismo, uma vez que o Bandeirantismo como objeto dos Estudos Feministas deve ser compreendido como parcela muito restrita que não refletia a realidade da maioria das moças brasileiras no período problematizado.

A categoria de gênero, assim como qualquer categoria analítica, tem suas limitações metodológicas. O desafio que vejo acerca dos Estudos Feministas na atualidade consiste na difícil tarefa de utilizá-lo de forma crítica sem desvinculá-lo dos contextos socioeconômicos concretos. Isto é, nas palavras de Araújo (2000), abdicar de qualquer perspectiva estrutural de um sistema econômico e político mais amplo, só restando lugar para o “simbólico” abstraído de bases concretas, faz da utilização da categoria de gênero uma camisa de forças, que inviabiliza uma reflexão mais crítica do social.

Referências bibliográfias

- ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.
- ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. Crítica Marxista. UNICAMP, 2000.
- AZZI, Rioldo. **Família, Mulher e Sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964)**. In. Marcílio, Maria Luiza. (Org). “Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil”. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.
- BADEN-POWEEL, Robert. **Escotismo para rapazes**. São Paulo: Fraternidade mundial, 1961.
- BOULANGER, Antônio. **O Chapelão: história da vida de Baden-Powell**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bretand Brasil, 2006, 9ª edição.
- _____. **O senso prático**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.
- BUSIN, Valéria. **Religião, sexualidade e gênero**. Revista de Estudos de Religião PUC-SP, 2011.
- DEL PRIORE, Mary. **As atitudes da Igreja em face da mulher no Brasil colônia**. In. Marcílio, Maria Luiza. (Org). **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.
- FEDERAÇÃO DE BANDEIRANTES DO BRASIL, **A liberação da Mulher**. In. Bandeirantes, Rio de Janeiro: Ed. FBB, 1976.
- _____, **A religião na vida da Bandeirante**. In. Bandeirantes, Rio de Janeiro: Ed.FBB, 1947.
- _____, **Bandeirantismo: uma jornada de 70 anos**. In. Bandeirantes, Rio de Janeiro: Ed. FBB, jan/fev. 1989.
- _____, **Chama Acesa: O Livro do Bandeirante**. Rio de Janeiro: Grafitto, 2008.
- _____, **Livro de Orações da Bandeirante**. Rio de Janeiro: Ed. FBB, 1961.
- _____, **O Espírito da Lei**. Rio de Janeiro: Ed. FBB, 1966.
- _____, **Plano de Reformulação Institucional**. FBB, 1969.
- FRANÇA, Padre. Edgar. **Guia do assistente eclesiástico**, Rio de Janeiro: Ed. FBB, 1967.
- GUIMARÃES, Antônio S. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2004, v.47, n.01.

- MEYER, Dagmar. **TEORIAS E POLÍTICAS DE GÊNERO: fragmentos históricos e desafios atuais**. Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília, 2004 jan/fev; 57 (1): 13-8.
- MOTTA, Marília I. F. **Bandeirantismo no Brasil: Um estudo de caso sobre mulher e modernidade**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.
- PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica**. HISTÓRIA, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.
- PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher?** In: ALGRANTI, Leila (Org). A Prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2002.
- RABELO, Ricardo R. **O Escotismo enquanto prática pedagógica no início do século XX: Um olhar a partir das associações voluntárias**. V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, São Cristóvão/SE, 2011.
- RAGO, Margareth. **Adeus ao feminismo? Feminismo e pós-modernidade no Brasil**. Cadernos AEL, n. 3 /4, 1995/1996.
- _____, **Epistemologia feminista, gênero e história**. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- SARTI, Cínthya A. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revistando uma trajetória**. Estudos Feministas, 2004; 12(2).
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana M. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n.54, p. 281-300, 2007.